



Debates e percursos da fundação da Faculdade de Medicina de Santa Catarina: o resultado de múltiplas ações e sujeitos (anos 1950)

Debates and pathways of the foundation of the Faculty of Medicine of Santa Catarina: the result of multiple actions and subjects (1950s)

Debates y vías de la fundación de la Facultad de Medicina de Santa Catarina: el resultado de múltiples acciones y temas (1950)

Julia Vieira Tocchetto de Oliveira
Universidade Federal do Paraná (Brasil)
<https://orcid.org/0000-0002-6592-6176>
<http://lattes.cnpq.br/9096178087237722>
juliavtoliveira@gmail.com

Resumo

Resultado de múltiplas ações e sujeitos, a fundação da Faculdade de Medicina de Santa Catarina, nos anos 1950, por um lado foi um importante passo para consolidação do projeto de criar uma universidade em Santa Catarina e, por outro lado, constituiu-se através da crescente organização da classe médica, que já vinha acontecendo ao longo da primeira metade do Século XX, sobretudo, a partir da Associação Catarinense de Medicina. Este artigo tem como objetivo, a partir das fontes selecionadas, abordar o percurso de fundação da Faculdade de Medicina de Santa Catarina nos anos 1950, de modo a compreender como os diferentes atores que compuseram este movimento mobilizaram estratégias e táticas para consolidação de uma escola médica catarinense.

Palavras-chave: Formação Médica. Ensino Superior. História da Educação.

Abstract

As result of multiple actions and individuals, the founding of the Santa Catarina School of Medicine in the 1950s, on the one hand, was an important step in order to consolidating the project to create a university in Santa Catarina and, on the other hand, it was constituted through the growing organization of the medical profession, which had already been happening throughout the first half of the 20th century, especially from the Medical Association of Santa Catarina. This article aims, from the selected sources, to approach the foundation path of the Santa Catarina Medical School in the 1950s, in order to understand how the different actors that composed this movement mobilized strategies and tactics for consolidating a Santa Catarina medical school.

Keywords: Medical Education. University education. History of Education.

Resumen

Fruto de múltiples acciones y temas, la fundación de la Facultad de Medicina de Santa Catarina en la década de 1950, por un lado, fue un paso importante hacia la consolidación del proyecto de creación de una universidad en Santa Catarina y, por otro, se constituyó a través de la creciente organización de la profesión médica, que venía sucediendo durante la primera mitad del siglo XX, sobre todo desde la Asociación Catarinense de Medicina. Este artículo tiene como meta, a partir de las fuentes seleccionadas, abordar la trayectoria fundacional de la Facultad de Medicina de Santa Catarina en la década de 1950, con el fin de comprender cómo los diferentes actores que compusieron este movimiento movilizaron estrategias y tácticas para la consolidación de una facultad de medicina. catarinense.

Palabras clave: Educación médica. Enseñanza superior. Educación para la salud. Historia de la Educación.

Introdução

Nas décadas de 1940 e 1950, a crescente organização da classe médica e a institucionalização da Faculdade de Farmácia e Odontologia de Santa Catarina, na qual atuavam vários doutores, contribuíram para fomentar o debate acerca da necessidade de uma formação médica. Essa discussão ganhava ênfase quando o tema em voga era a perspectiva de criação de uma universidade catarinense, nesse que foi um período da criação de várias dessas instituições de ensino no país, seguida pela federalização de diversas universidades, tais como a Universidade do vizinho estado do Paraná, que em 1951 tornou-se Universidade Federal do Paraná.

A institucionalização da Faculdade de Medicina foi um importante instrumento para consolidação do projeto de fundação de uma universidade em solo catarinense, efetivado na década de 1960, a partir da reunião das faculdades de Direito, Filosofia, Farmácia, Odontologia, Medicina, Ciências Econômicas, Assistência Social e Escola de Engenharia Industrial (BRASIL, 1960). A consolidação da Universidade de Santa Catarina em 1960, aconteceu em um período de expressiva expansão do ensino superior brasileiro e esteve atrelado ao fenômeno de federalização das instituições estaduais e particulares existentes no país¹ (CARMINATI, 2009, MENDONÇA, 2000; VASCONCELOS, 2007).

A ideia de uma formação médica catarinense foi sendo delineada ao longo da primeira metade do Século XX, a partir da circulação de ideias e da experiências vivenciadas e compartilhadas pelos médicos nos mais diversos espaços, tais quais a Inspeção de Higiene, nos hospitais catarinenses, no Departamento de Saúde Pública do estado, na Faculdade de Farmácia e Odontologia (onde muitos lecionavam) e na Associação Catarinense de Medicina, culminando com a fundação de uma escola médica em Santa Catarina no final dos anos 1950 (OLIVEIRA, 2020).

No processo de fundação da Faculdade de Medicina de Santa Catarina, o protagonismo foi, sem dúvidas, dos médicos que atuavam na Associação Catarinense de Medicina, mas esse processo contou também com outros atores, como os estudantes secundaristas, a imprensa, parlamentares catarinenses, o governo de Santa Catarina e os professores da Faculdade de Direito deste estado, que, ao lado dos alunos, reivindicavam uma universidade catarinense. No entanto, apesar dos esforços destes intelectuais e estudantes, disposições estabelecidas desde 1931, pelo Decreto federal nº 19.851 (BRASIL, 1931), que exigia como requisito obrigatório “congregar em unidade universitária pelo menos três dos seguintes institutos do ensino superior: Faculdade de Direito, Faculdade de Medicina, Escola de Engenharia e Faculdade de Educação, Ciências e Letras” (BRASIL, 1931), inviabilizavam a criação de uma universidade em Santa Catarina. O problema seria resolvido com a criação de uma faculdade de medicina no estado.

Neste sentido, este artigo tem como objetivo abordar o percurso de fundação da Faculdade de Medicina de Santa Catarina nos anos 1950, de modo a compreender como os diferentes atores que compuseram este movimento mobilizaram estratégias e táticas para consolidação de uma escola médica catarinense. Entendo estratégia, a partir das considerações de Michel de Certeau (2011) como cálculo ou manipulação de relações de forças que são assim geridas em prol de um objetivo. De modo complementar à estratégia, a perspectiva de tática, uma “ação calculada” (2011, p.93) que não parte necessariamente de um lugar preestabelecido — acontecendo inclusive em disputas de ideias e de legitimidade, considerando que um mesmo sujeito pode atuar ora em uma perspectiva estratégica, ora em uma perspectiva tática. Deste

¹ Segundo Mendonça, 2000, os anos 1950 foram marcados por expressivo crescimento do ensino superior brasileiro. O número de universidades cresceu de 5, em 1945, para 37 em 1964, muitas destas universidades federais, criadas a partir da federalização de universidades estaduais ou particulares. Quanto as instituições de ensino superior isoladas, estas passaram de 293 em 1945 para 564 em 1964.

modo, a partir de fontes, tais como publicações de jornais diários, leis, discursos e memórias, pretendo analisar o papel da Faculdade de Medicina de Santa Catarina também no cenário do ensino superior catarinense, correlacionando-a com a ideia de uma universidade no estado.

No Brasil dos anos 1950, a questão da saúde, da qual era parte crucial a formação de profissionais que atuavam na área, foi fortemente marcada pelos desdobramentos das parcerias internacionais estabelecidas com os Estados Unidos durante a Segunda Guerra Mundial (CAMPOS, 2006). A tese da relação entre saúde e desenvolvimento socioeconômico, que mobilizava a comunidade internacional depois da destruição e miséria da guerra, estava presente nos discursos de médicos e de governantes brasileiros. Para além de um Brasil doente, a tese que ecoa é a desenvolvimentista e foi nessa ótica que as questões relacionadas ao saneamento e a saúde da população foram equacionadas (SILVA, 2015; TREVISAN, 1986).

Conforme indica Hochman (2009), a historiografia que se dedicou a pesquisar as políticas de saúde públicas pensadas e implantadas na década de 1950, enfatizam, por vezes de modo exagerado, a polarização entre sanitarismo campanhista *versus* sanitarismo desenvolvimentista. Na primeira perspectiva, presente nas primeiras décadas do século XX, o foco teria recaído sobre intervenções verticais, tecnologicamente orientadas para e com objetivo de solucionar problemas específicos. O sanitarismo desenvolvimentista, por sua vez, seria o que compreenderia a saúde da população como dependente do grau de desenvolvimento do país e, portanto, só teriam impacto ações pensadas no contexto de um projeto nacional de desenvolvimento (com ênfase em serviços integrados e descentralizações). Esta polarização, entretanto, teria ocorrido mais do ponto de vista das ideias do que propriamente das práticas.

Esses discursos tiveram ressonância em Santa Catarina, particularmente em sua capital. Entre a década de 1930, impactada pela crise de 1929, até o final dos anos 1940, marcados pela guerra mundial, Florianópolis sofreu com os efeitos negativos da economia nacional e internacional, evidenciados na decadência do porto local e na transformação da cidade em um local de funcionários públicos, com atividades comerciais restritas (AGOSTINHO, 2012; LOHN, 2007). Entendo ressonância a partir de Greemblatt (1991) como: “[...] poder do objeto exibido de alcançar um mundo maior além de seus limites formais, de evocarem a quem os vê as forças culturais complexas e dinâmicas das quais emergiu e das quais pode ser considerada pelo espectador como uma metáfora ou simples *sinédoque*” (GREEMBLATT, 1991, p. 250). Neste sentido, compreender os debates e políticas de Saúde Pública em voga em Santa Catarina, neste período, implica no entendimento da complexidade das engrenagens culturais que mobilizavam essas discussões para além do estado.

Notadamente a partir de meados dos anos 1950, o discurso desenvolvimentista de um governo democrático impactou iniciativas que pretendiam modernizar e fazer prosperar Florianópolis e o estado. Nesse contexto cuidar da saúde da população catarinense foi, mais uma vez, preocupação central do governo.

Políticas públicas de saúde e saneamento de Florianópolis impulsionaram ações como a instalada, entre os anos 1951 e 1954, de uma rede de postos de saúde no interior da ilha de Santa Catarina (onde está localizada a cidade), com objetivo de oferecer assistência médica aos moradores das áreas mais distantes. Ademais, no centro da capital houve um processo de reordenação da malha urbana, com a construção de novos prédios, que já indicavam a verticalização da área central. Também, a região da beira-mar norte, até então povoada por antigas chácaras, passou por um processo de urbanização, com novos lotes e prédios, que estendiam a malha urbana de Florianópolis (AGOSTINHO, 2012; LOHN, 2007).

Foi nesse contexto dos anos 1950, que foi sendo delineada a atuação dos médicos catarinenses para a criação de uma instituição para a formação médica em Santa Catarina. Ações que partiram, sobretudo, da Associação Catarinense de Medicina.

Primeiros passos: iniciativas e debates que antecederam a criação da Faculdade de Medicina de Santa Catarina

A ideia de uma universidade de Santa Catarina passou a ser recorrente entre os debates acerca do ensino superior catarinense na década de 1940 e foi tema debatido não apenas entre os médicos e profissionais da saúde, mas também por intelectuais das mais diversas áreas e, em especial, pelos professores e alunos da Faculdade de Direito.

O discurso do desembargador Urbano Salles, diretor da Faculdade de Direito de Santa Catarina, por ocasião da formatura dos bacharéis do ano de 1947 deixa evidente a pretensão de se criar uma universidade em solo catarinense. Em suas palavras, transcritas pelo jornal **O Estado**:

Muito devemos a todos o apoio material e o encorajamento moral do Poder Público, nunca nos faltaram e a sociedade de Florianópolis jamais nos negou seu aplauso e estímulo [...] como nos ajudarão na realização de outros cursos superiores – como a Faculdade de Farmácia e Odontologia, em vias de consecução, e a de Filosofia, em adiantados estudos, ambas promovidas pela Faculdade de Direito para formação da Universidade de Santa Catarina – aspiração maior da nossa mais alta cultura e que já teve apoio do Legislativo em preceito constitucional e para qual não faltará o apoio imprescindível do ilustre Governador do Estado (**O Estado**, 11/12/1947, p.2).

Os estudantes também estavam empenhados na consolidação de uma universidade. Em 1948, o jornal **O Estado** publicou a chamada para reunião dos estudantes de direito e o primeiro dos temas da reunião era a criação da Universidade de Santa Catarina (**O Estado**, 16/06/1948). Também o primeiro congresso dos estudantes do estado, ocorrido em 1949, discutiu a criação de uma universidade catarinense (**O Estado**, 23/10/1949).

Em 1948, a fundação da Faculdade de Farmácia e Odontologia de Santa Catarina, trouxe mais uma vez a cena a ideia de fundar uma universidade catarinense, afinal, esta instituição representava mais uma peça para realização desta empreitada. Não por acaso subtítulo da matéria publicada na **Atualidades** foi “mais um passo para Universidade de Santa Catarina”. O doutor afirmou:

Outras faculdades se seguirão a essa até que a Universidade de Santa Catarina se erija para que possamos apresentar a nossa verdadeira grandeza dentro de modesta e a onipotência de nossa força dentro de nossa imperturbável serenidade (ATUALIDADES, 1948, p.14)

Mas, apesar de toda essa movimentação, disposições estabelecidas desde 1931, pelo Decreto federal nº 19.851 (BRASIL, 1931), inviabilizavam a criação de uma universidade em Santa Catarina. No estado estavam em funcionamento a Faculdade de Direito e a Faculdade de Farmácia e Odontologia e o Decreto determinava:

Art. 5: A constituição de uma universidade brasileira deverá atender às seguintes exigências:

§ 1: congregar em unidade universitária pelo menos três dos seguintes institutos do ensino superior: Faculdade de Direito, Faculdade de Medicina, Escola de Engenharia e Faculdade de Educação, Ciências e Letras. (BRASIL, 1931)

Foi nesse contexto, que em 1951 aconteceu a primeira tentativa de fundação da Faculdade de Medicina de Santa Catarina. Ao rememorar os primeiros passos rumo a este projeto, o doutor Roldão Consoni (2005, p.94), membro da Associação Catarinense de Medicina, escreveu:

Acontecia que os jovens que desejavam seguir carreira médica, tinham que se deslocar, já para os vestibulares, para as escolas de Curitiba, Porto Alegre ou Rio de Janeiro. Eram pelo menos cerca de seis longos anos afastados de suas famílias. É fácil entender que, para muitos, o curso do filho era por demais oneroso. Vários municípios catarinenses não possuíam um médico sequer. Relewa ponderar que, à época, Curitiba e Porto Alegre já possuíam três escolas de Medicina cada uma, sendo uma delas federal, isto é, mantida pela União. Era desolador observar que nosso Estado, progressista, o 5º em arrecadação federal, não possuía uma única escola médica (CONSONI, 2005, p. 94).

E, na conjuntura dos anos 1950, uma instituição de formação médica, mais do que levar a assistência necessária a população e desonerar os custos das famílias que desejavam enviar seus filhos a uma faculdade de medicina, representaria também a modernidade desejada para Florianópolis.

Assim, a questão da criação de uma faculdade de medicina catarinense rapidamente extrapolou as discussões da Associação Catarinense de Medicina e chegou aos jornais. Em 4 de setembro de 1951, **O Estado** publicou artigo assinado pelo doutor Roldão Consoni para tentar responder à pergunta, enviada à redação por estudantes catarinenses, sobre a viabilidade da fundação de uma faculdade de medicina em Santa Catarina. O artigo começava de forma didática:

Parece-nos que o problema se resume em responder à pergunta: Pode-se fundar uma Faculdade de Medicina em Florianópolis que apresente bom padrão de ensino?

Encarando o assunto de modo objetivo, concreto, vamos analisar os fatores que intervém, em primeira linha, na obtenção de uma boa escola: a) bons professores; b) laboratórios bem equipados e c) estabelecimentos hospitalares adequados (**O Estado**, 04/09/1951, p.3).

Ao longo de sua explanação Consoni, médico paulista formado pela Faculdade de Medicina de São Paulo, que atuava em Florianópolis há anos, fez a exposição dos possíveis entraves para elaboração do projeto e apresentou soluções. Para o problema da falta de professores, a solução seria a contratação de doutores em outros estados brasileiros, tais como São Paulo e Rio de Janeiro. (**O Estado**, 04/09/1951, p.3). No que diz respeito aos laboratórios, estes ficariam a cargo do estado catarinense. Considerando os altos custos da instituição, propunha como forma de diminuir os elevados custos dos materiais necessários o estabelecimento de um máximo de 20 vagas (**O Estado**, 04/09/1951, p.3).

Para justificar sua posição, o doutor Consoni exemplificou: “Quando a Fundação Rockefeller doou o edifício à atual Faculdade de Medicina de São Paulo aquele progressista estado, dentre outras condições, impôs uma, a nosso ver importantíssima: a limitação do número de vagas a cinquenta” (**O Estado**, 04/09/1951, p.3).

Por fim, quanto ao hospital, o médico apresentou como possibilidade de ministrar aulas práticas a utilização de estabelecimentos hospitalares já em funcionamento em Florianópolis, em especial o Hospital de Caridade (**O Estado**, 04/09/1951, p.3).

No dia seguinte ao da publicação do artigo no **O Estado**, 5 de setembro de 1951, foi realizada uma sessão extraordinária da Associação Catarinense de Medicina para discutir quais as condições mínimas necessárias para fundação de uma Faculdade de Medicina (SÃO THIAGO, 1996, p. 174).

O doutor Polydoro de São Thiago foi um dos médicos presentes nesta reunião e rememorou as condições que foram elencadas pelos médicos da Associação como essenciais para o funcionamento de uma futura Faculdade:

- 1) Contratar os professores das cadeiras básicas; 2) Montagem dos laboratórios; 3) Ter em conta que as cadeiras clínicas poderiam ser satisfatoriamente preenchidas por elementos locais; 4) Mediante convênios com hospitais, ter acesso a enfermarias e serviços ambulatoriais, já em funcionamento, que muito poderiam ajudar principalmente no tocante a montagem dos laboratórios; 5) Aceitar para início de funcionamento um prédio adaptável (SÃO THIAGO, 1996, p. 174-175).

Essencialmente, eram as mesmas condições arroladas um dia antes no artigo do doutor Consoni. Mas, no artigo e mais ainda no relato de São Thiago, as possíveis divergências, inclusive na forma de encaminhamento que cada um desses itens, não aparecem, mas devem ter existido. Uma pista pode estar em um item elencado por São Thiago: “Ter em conta que as cadeiras clínicas poderiam ser satisfatoriamente preenchidas por elementos locais”. Quantos médicos presentes na reunião da Associação concordaram com um preenchimento “satisfatório”? Quem seria? Independente do impasse, que certamente também envolveu questões financeiras, em 1951 a proposta da Associação não prosperou.

Entretanto, isso não aconteceu entre estudantes catarinenses. Nesse período Florianópolis contava como duas instituições de ensino secundário, ambas confessionais católicas, o Colégio Catarinense, para rapazes, e o Coração de Jesus, para moças. Foram alunos do Colégio Catarinense, junto com a União Catarinense de Estudantes,² que, talvez de forma inédita no Brasil, protagonizaram a primeira tentativa efetiva (com comissão eleita) para fundar uma escola médica catarinense. Deste modo, em 17 de agosto de 1951, aconteceu no salão nobre da Faculdade de Direito, uma reunião convocada por Fúlvio Vieira, presidente da União Catarinense de Estudantes, com o objetivo de discutir a possibilidade de implantação de um curso de medicina no estado. A reunião contou com a “presença entusiasmada” de alguns médicos, conforme relatou anos depois o doutor Consoni (CONSONI, 2005).

Cerca de 20 dias depois, dia 6 de setembro, em nova reunião, aventou-se a necessidade de criar uma comissão para tratar das questões da organização da faculdade de medicina. A comissão foi finalmente eleita dia 4 de dezembro, contando com 9 membros encarregados de viabilizar formalmente a faculdade de medicina de Santa Catarina. Entretanto, tanto a comissão quanto a faculdade não vingaram. Segundo Consoni (2005, p. 81): “Esta numerosa comissão diretora, ao que se saiba, nunca se reuniu. Por motivos desconhecidos, esvaiu-se todo aquele primitivo entusiasmo, não houve continuidade dos trabalhos, e assim fracassou a primeira tentativa de se criar uma faculdade de medicina em Santa Catarina”.

² Foi a União Catarinense de Estudantes (UCE) que convocou a reunião, pois era, oficialmente, o órgão que congregava os estudantes. Mas foram os alunos do Colégio Catarinense que encabeçaram o movimento.

Assim, nos primeiros anos da década de 1950 a ideia de criação de uma faculdade de medicina ganhava impulsos esporádicos e, vez por outra, parecia que ia se concretizar. Nesse sentido, o doutor José Silveira, professor da Faculdade de Medicina da Bahia e convidado especialmente para o I Congresso da Associação Catarinense de Medicina, de 1953, afirmou em entrevista para o jornal **O Estado**, que este evento havia sido um estímulo para ações que visassem a criação dessa instituição de ensino em Santa Catarina. O médico afirmou que o evento “representa[va] uma etapa inicial para instalação definitiva da Faculdade de Medicina de Santa Catarina” (**O Estado**, 25/07/1953, p. 1).

O Processo de fundação da Faculdade de Medicina de Santa Catarina

Ideias precisam de tempo, dinheiro e adesão de vários indivíduos para se concretizarem e foi assim com a proposta da criação da faculdade de medicina de Santa Catarina. No final de 1956, sob a tutela dos médicos catarinenses, a proposição foi retomada. Conforme noticiou o jornal **O Estado**, no dia 20 de dezembro de 1956 houve uma assembleia que deliberou pela fundação da Faculdade de Medicina de Santa Catarina, com a presença da Associação Catarinense de Medicina, autoridades governantes e professores da Faculdade de Direito. (**O Estado**, 21/12/1956, p. 6). No dia seguinte a este ato inaugural, Osvaldo Melo, escreveu na coluna Nossa Capital:

A FACULDADE DE MEDICINA DE SANTA CATARINA teve ontem, graças a Deus, o seu dia de nascimento, quando a Sociedade de Medicina (sic) conseguiu reunir todos os mais destacados elementos representantes dos mais altos postos do Estado que em conjunto, deliberaram fundar mais aquela Faculdade na Capital (**O Estado**, 21/12/1956, p.8).

Apesar das palavras do jornal, o que “nasceu” foi o efetivo compromisso de criar a Faculdade. Iniciada de forma difusa e plural, a partir de ideias defendidas por médicos e de ações de estudantes; gestada em encontros médico-científicos, notadamente o I Congresso da Associação Catarinense de Medicina; a organização de uma faculdade era parte evidente das pretensões de médicos e governantes para melhorar o cuidado com a saúde da população catarinense (estimulando e facilitando a formação de médicos nascidos no estado) e mais, nos anos 1950, essa faculdade seria um dos elementos mais significativos para Florianópolis, e Santa Catarina em geral, adequarem-se às perspectivas de modernidade e desenvolvimento socioeconômico em voga no Brasil. Retomando as considerações de Melo, sobre a decisão de criar a faculdade:

Posta a iniciativa em condições de prosseguir para sua consecução, não houve tardança nas providências. Não houve mesmo qualquer parada a espera de reforços para continuidade da luta. Houve foi muito boa vontade, decisão pronta, enérgicas provas de trabalho bem orientado e tudo mais que afugenta temores e receios, infundados entraves que só servem para impedir o avanço das grandes iniciativas (**O Estado**, 21/12/1956, p.8).

Anos haviam se passado desde a primeira tentativa de fundar a faculdade de Medicina de Santa Catarina. Cabe lembrar que, em 1953 o professor José Silveira, catedrático da Faculdade de Medicina da Bahia, afirmou que aquele congresso significava o primeiro passo para efetivação da Faculdade de Medicina de Santa Catarina. Quatro anos depois, este

projeto não havia sido concretizado. A tentativa de responder o porquê do adiamento da efetivação da Faculdade de Medicina de Santa Catarina foi dada no II Congresso da Associação Catarinense de Medicina, realizado em 1957, já no primeiro dia do evento, pelo doutor Joaquim Madeira Neves, em seu discurso de boas-vindas aos congressistas. Ao discorrer acerca da necessidade de se estruturar o ensino médico em bases científicas, o doutor reiterou a necessidade de bons e bem formados professores; de laboratórios bem equipados e disponibilidade de espaço adequado para formação prática médica. Diante da ausência destes requisitos mínimos para um ensino médico de qualidade, a instalação de uma escola médica em terras catarinenses tinha sido adiada.

Nesse sentido, o presidente do Conselho Regional de Medicina de Santa Catarina, Madeira Neves afirmou que:

É imperioso que essas faculdades [de medicina] só possam funcionar, quando todas as cautelas e bases para o ensino altamente eficaz e atualizado estiverem devida e desapaixonadamente asseguradas. Esta ambição, este programa de só iniciar ensino escorrito, realmente responsável e útil, comum a classe médica brasileira e particularmente ao roteiro de nossa Associação Catarinense, impediu até há pouco se instalasse uma Faculdade de Medicina (**O Estado**, 28/04/1957, p. 7).

Outro ponto importante destacado por Madeira Neves dizia respeito a falta de recursos e de efetivo interesse político em prol da criação de uma Faculdade de Medicina catarinense.

Apenas no último ano graças ao interesse e prometido apoio dos altos poderes da República e em face do decidido e concretizado apoio moral e financeiro dados pelas autoridades catarinenses – destacando o Exmo. Sr. Governador do Estado e Exmo. Sr. Secretário da Saúde, ambos aliás, nossos consócios, ousou a nossa Associação interferir diretamente no propugnar essa velha aspiração criando sob sua responsabilidade uma escola médica (**O Estado**, 28/04/1957, p. 7).

No entanto, quando tanto o governador do Estado quanto o Secretário de Saúde de Santa Catarina, além de médicos eram membros da Associação Catarinense de Medicina, a situação parecia estar em vias de mudar. Depois de ter afirmado que a Associação havia ousado interferir diretamente na criação de uma escola médica, Madeira Neves concluiu:

Acreditamos comece ela [a Faculdade] a atuar em futuro próximo, irrompendo fértil de positivos ensinamentos a marcar, decididamente, a compreensão do homem de governo, o trabalho preparatório e o esforço realizador de toda uma geração médica e, principalmente, as virtuosidades e o dinamismo de uma das mais vigorosas e brilhantes diretorias de quantas já teve a nossa entidade (**O Estado**, 28/04/1957, p. 7).

Tomando para si a tarefa de organizar a instituição que formaria futuros doutores em solo catarinense, a Associação Catarinense de Medicina, no decorrer dos próximos anos, cuidou dos trâmites necessários para a criação faculdade, tanto em seus aspectos burocráticos e técnicos — como escolher a futura direção, votar estatuto e pensar currículo e corpo docente; quanto em seus aspectos materiais — arrecadar fundos necessários para equipar os laboratórios e até mesmo conseguir espaço físico adequado para abrigar a instituição.

Para tanto, foi necessário que uma nova comissão fosse eleita para dar andamento ao projeto. Nesta conjuntura, em 31 de julho de 1957, em assembleia dos membros da Associação Catarinense de Medicina foi finalmente eleita a Comissão Organizadora da Faculdade de Medicina, com a presença e aval do presidente desta sociedade, Antônio Moniz de Aragão³, composta pelos doutores Roldão Consoni, presidente; Isaac Lobato Filho, como tesoureiro, e Henrique Manoel Prisco Paraíso, como secretário (**O Estado**, 31/07/1957, p. 8; CONSONI, 2005). Mas, a escolha desse nome não se deu sem conflitos. Segundo o próprio Consoni (2005, p. 96):

Naquela reunião houve um fato inusitado, um dos colegas, natural de Florianópolis, lançou um protesto não consignado em ata, contra eleição de três forasteiros – Roldão, de São Paulo, Lobato, do Maranhão e Prisco, da Bahia – e nenhum membro proveniente de Santa Catarina (CONSONI, 2005, p. 96).

A questão foi resolvida em seguida:

É Oswaldo Rodrigues Cabral, que se levanta para dizer que a assembleia fora muito feliz em sua escolha, nada havendo de estranho no resultado, pois os três colegas, casados com catarinenses, haviam honrado Santa Catarina como opção de trabalho (CONSONI, 2005, p.96).

É preciso considerar que Roldão Consoni escreveu anos depois do ocorrido, e que as memórias são sempre perpassadas por subjetividades e emoções e construídas com facetas do vivido (LE GOFF, 1990). Todavia, o que este relato nos sinaliza é que, assim como o caso dos “estrangeiros”, foi apagado da ata da Associação, outras tensões que podem ter existido no processo de criação da Faculdade de Medicina também podem de sido esquecidas, intencionalmente ou não.

Uma das questões mais relevantes para a Comissão Organizada foi a relacionada com as verbas para instalar e equipar a Faculdade de Medicina. Como obter dinheiro? Quais os gastos prioritários? As polêmicas deveriam ser muitas. E a Associação Catarinense de Medicina não se furtou de pedir apoio governamental e doações de particulares, além de utilizar um meio muito conhecido da população: a rifa. Como escreveu Oswaldo Melo no **O Estado**, em janeiro de 1957:

Grande, intensa e inteligente, a propaganda que se está sendo orientada pela Sociedade de Medicina (sic), no sentido de ativar a compra do prédio ou construção de um, caso necessário, onde funcionará a Faculdade de Medicina de Santa Catarina.

A imprensa e as emissoras desta Capital, agitam a palpitante questão, fazendo-o com verdadeiro entusiasmo e com apelos constantes para uma cooperação geral a fim de se tornar plena realidade a ideia em marcha (**O Estado**, 09/01/1957, p.1).

³ Antônio Moniz Aragão, nascido no Rio de Janeiro e formado em medicina pela Universidade Nacional de Medicina, fixou residência em Santa Catarina em 1940, quando assumiu a direção do Hospital Militar. Foi presidente da Associação Catarinense de Medicina entre 1955 e 1959, constituindo-se como um dos atores da fundação da Faculdade de Medicina de Santa Catarina. Além disso foi Presidente da Associação Nacional de Medicina entre os anos de 1961 e 1963.

Assim, para o jornalista, era preciso não ficar apenas aguardando os poderes públicos, mas encetar esforços para auxiliar no nobre propósito que constituía o projeto da Faculdade de Medicina de Santa Catarina. Afinal era essencial “[...] o apoio de quantos desejam se torne realidade o funcionamento da nossa Faculdade; apoio não só moral, mas, financeiro, que no momento é, sem dúvida, o principal” (**O Estado**, 09/01/1957, p.1).

Sobre a rifa. A proposta de sua realização foi do senhor Dirceu Jendiroba, conceituado comerciante, com negócios em Florianópolis e em Ribeirão Preto (São Paulo), que, em apoio à criação da Faculdade de Medicina, ofereceu para sorteio um carro Ford – modelo 1955, “em boas condições” (CONSONI, 2005, p. 108). O valor do veículo não foi informado, mas, em 1953, artigo publicado no jornal **O Estado** havia anunciado um Ford - modelo 1951 pelo valor mínimo de Cr\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil cruzeiros) (**O Estado**, 03/04/1957, p. 7).

A doação do carro foi aceita pela Comissão Organizadora, que precisou solicitar autorização legal para realizar a rifa, pois este tipo de sorteio estava proibido pelo governo federal, devido às muitas falcatruas que aconteciam. Entretanto, um representante do governo poderia, em casos especiais, autorizar a realização de um sorteio (algo que, em geral, passou a ser nomeado de “ação entre amigos”). Contatado por membros da Comissão Organizadora, o representante do Ministério da Fazenda em Santa Catarina aceitou o apelo para a realização da ação em benefício da criação da Faculdade de Medicina, pois o mérito da causa era evidente; entretanto, não poderia ser realizada “propaganda ostensiva” do sorteio (CONSONI, 2005, p. 108). De fato, a rifa foi citada apenas duas vezes na imprensa de Florianópolis, sem destaque ou comentários, uma delas anunciando o ganhador do sorteio (**O Estado**, 17/12/1957, p.12; 25/12/1957, p. 8).

Como as pessoas ficaram sabendo da rifa? Como os bilhetes foram vendidos? O próprio Jendiroba, chamado de “excelente companheiro” pelo presidente da Comissão Organizadora, se comprometeu a oferecer e vender os bilhetes no interior do estado (CONSONI, 2005, p.109). Na capital e seus arredores, a propaganda boca a boca deve ter contribuído para que várias pessoas comprassem a rifa.

Foram confeccionados mil bilhetes, cada um no valor de Cr\$ 1.000,00 (um mil cruzeiros). Considerando que nessa época a loja A Modelar, de Florianópolis, vendia um casaco de pura lã por Cr\$ 250,000 (duzentos e cinquenta cruzeiros) e um casaco de pele custava Cr\$1.250,00 (um mil, duzentos e cinquenta cruzeiros) (**O Estado**, 23/05/1957, p. 8), os números não eram acessíveis para a maioria da população catarinense.

Mas várias pessoas colaboraram. No dia 21 de dezembro de 1957 foi realizado o sorteio e conhecido o ganhador do carro: o dono do bilhete 546, o médico Alversino Moreira Gomes, residente na cidade de Camboriú (**O Estado**, 25/12/1957, p. 8). Contraditoriamente Consoni (2005, p. 109) informou, com diferença de poucas linhas, que “todos os números” da rifa tinham sido vendidos e também que o total arrecadado com os bilhetes foi de C\$ 500.000,00 (quinhentos mil cruzeiros). Há uma grande discrepância entre a soma do valor do total de bilhetes e o anunciado montante conseguido com a venda dos números da rifa. O médico teria, no momento da redação de suas memórias, exagerado na quantidade dos bilhetes vendidos (todos eles) e acabou traído pelo total em dinheiro que resultado da rifa?

Findo o ano de 1957, além do resultado da rifa, foram somadas as seguintes doações (cujo valor individual não foi informado): da Casa Hoepecke, do Banco Inco, do Banco Paraná Santa Catarina, do Banco Crédito Real de Minas Gerais, da Caixa Econômica Federal, da Organização Atílio Fontana, do Laboratório Lederle, do Serviço Social do Comércio, do embaixador Edmundo da Luz Pinto, do doutor Alversino Gomes, do padre Pedro Ulrich, das Indústrias Renax, das prefeituras de São José e de Xaxim (CONSONI, 2005, p. 110).

Chama atenção as poucas pessoas físicas entre os doadores: um padre (quanto ou o que teria doado?), um embaixador, e Alversino Gomes, o médico que ganhou a rifa. Efetivamente, a criação da Faculdade parecia ser a ação de um grupo restrito: os médicos, protagonizando a

empreitada, e os empresários e gestores de instituições financeiras, como os grandes doadores. Segundo Consoni (2005, p.110), a soma das doações de 1957 foi de Cr\$ 1.313.262,00 (um milhão, trezentos e treze mil, duzentos e sessenta e dois cruzeiros). Entretanto, a lista dos doadores e o valor total arrecadado devem ser lidos com cautela.

Na tentativa de arrecadar fundos, a Associação Catarinense de Medicina recorreu às prefeituras municipais, afinal, como foi publicado no **O Estado**, a Faculdade de Medicina era de interesse de todos os moradores de Santa Catarina. Deste modo, além dos prefeitos de São José (região metropolitana de Florianópolis) e Xaxim (cerca de 500 quilômetros da capital), ainda em 1957, o prefeito de Camboriú, apesar dos “modestos recursos” da cidade, fez uma doação. A quantia não foi mencionada, mas o prefeito ganhou elogios públicos neste jornal: “o gesto do Prefeito Acácio Vieira foi recebido com vivo entusiasmo e reconhecimento pelos fundadores da Faculdade, exemplo de cooperação e boa vontade nas obras de interesse comum do estado” (**O Estado**, 20/08/1957, p.1). O montante doado pode ou não fazer parte do total apresentado por Consoni, entretanto o município não foi arrolado pelo médico entre os doadores.

Considerando este e outros artigos publicados na imprensa, o que ficou evidente foi que a imprensa também cumpriu um importante papel na criação da Faculdade de Medicina de Santa Catarina. Primeiro, por atuar como um meio de captar recursos, mobilizando, com seus textos, a atenção de governantes, empresários e da população em geral. Por outro lado, por legitimar a empreitada lançada pela Associação Catarinense de Medicina, reforçando a importância do apoio dos catarinenses para a criação de uma escola para formar médicos a partir de diretrizes desta Associação.

Quanto à participação do governo do estado de Santa Catarina na criação da Faculdade de Medicina, além do apoio formal à iniciativa e ao trabalho da Comissão Organizadora, esta aconteceu de forma decisiva quando foi necessário o aparelhamento da instituição de ensino.

Mas, antes disso, a instalação física da Faculdade era fundamental para projeto de criação dessa escola superior. Mais do que salas de aula, um curso de formação médica exigia espaço adequado, no qual pudessem ser instalados laboratórios bem equipados.

Desde as primeiras reuniões da Comissão Organizadora, partindo da premissa que a construção, a partir dos alicerces, de um prédio para a Faculdade de Medicina era inviável financeiramente, a alternativa foi considerar os edifícios disponíveis mais adequados. Ao tomar ciência que as obras do prédio que abrigaria o Colégio Barriga Verde, no centro de Florianópolis⁴, estavam paralisadas, a Comissão Organizadora resolveu entrar em contato como os proprietários do imóvel e pleitear sua doação para a Faculdade de Medicina.

Fundado em 1947 a partir da iniciativa de um grupo de florianopolitanos reunidos em uma sociedade civil, todos eles cotistas com direito a voto, o Colégio Barriga Verde deveria ser uma escola laica de ensino secundário e científico na capital catarinense. Mas, passados dez anos de sua fundação nominal, o prédio escolar, de três pavimentos, ainda não estava concluído (CONSONI, 2005, p. 100). Foi nessa conjuntura que, em 1958, os doutores Roldão Consoni e Isaac Lobato Filho entraram com o presidente desta sociedade, o doutor Pedro de Moura Ferro, professor da Faculdade de Direito de Santa Catarina. Consoni escreveu (2005, p.101-102):

expusemos [ao doutor Moreira Ferro] o plano de criar uma escola médica. O ilustre mestre logo se inteirou da magnitude de nossa campanha e nos autorizou a procurar, em seu nome, todos os cotistas da sociedade, a quem foi explicado que a finalidade do colégio pouco fora alterada. Ao invés de servir ao ensino médio, o colégio agora iria servir ao ensino superior.

⁴ A Faculdade de Medicina de Santa Catarina foi inicialmente sediada na rua Ferreira Lima, número 82, próximo ao Largo Benjamin Constant, na região central da cidade, onde permaneceu até a década de 1970.

Continuando sua narrativa, o médico relembra que, com Lobato Filho, procurou o advogado Lauro Luiz Linhares para que este redigisse um abaixo-assinado a ser subscrito pelos cotistas do Colégio Barriga Verde doando suas cotas à Faculdade de Medicina. No documento foi incluída uma cláusula que determinava a devolução imediata das cotas caso a instituição de ensino superior não fosse criada. (CONSONI, 2005).

No dia 28 de maio de 1958, houve uma assembleia geral extraordinária convocada pela diretoria da Sociedade Civil Colégio Barriga Verde, com chamadas publicadas no jornal **O Estado**, nos dias 15, 20, 21 e 23 de maio de 1958, tendo como pauta: “Auxílio a prestar a Faculdade de Medicina de Santa Catarina”. Os resultados, bem como os debates e possíveis divergências ocorridas nesta reunião não foram publicados pelo jornal. Sabemos que os cotistas foram procurados um a um pela Comissão Organizadora e que 61,8% de seus membros assinaram a cessão de suas cotas para a nova instituição catarinense de nível superior (CONSONI, 2005). A porcentagem dos votos indica como muitos dos idealizadores do Colégio Barriga Verde não estavam satisfeitos com a nova situação. Mas a maioria determinou a mudança.

Mas esse processo teve também a participação de estudantes secundaristas que, com o intuito de conseguir dos poderes públicos a quantia necessária para instalação da Faculdade de Medicina, realizaram um movimento de apoio à Comissão Organizadora, com propaganda na imprensa escrita e falada. (**O Estado**, 29/05/1958, p.8; 11/06/1958, p.12).

Pelo que relatou **O Estado**, a decisão de Pedro de Moura Ferro, sobre a doação do prédio para a Faculdade, teria sido influenciada pela sua conversa com estudantes secundaristas desse movimento. Segundo o jornal,

Conforme disseram os jovens do 3º científico, que estando em conversa com o diretor do Barriga Verde, Dr. Pedro de Moura Ferro, entusiasmou-se por este movimento digno de referências elogiosas, e prometeu facilitar este prédio para Faculdade de Medicina de Santa Catarina (**O Estado**, 29/05/1958, p.8).

Em 6 de junho de 1958 os estudantes voltavam às páginas de **O Estado**, para explicar à população suas movimentações, em parceria com os doutores da Associação Catarinense de Medicina, para que a Faculdade de Medicina pudesse ser posta em funcionamento.

Informados pelo presidente da Comissão Organizadora que para a Faculdade de Medicina começar a funcionar em 1959, além das verbas já recebidas, era urgente definir o local da instalação da instituição e angariar, pelo menos, mais Cr\$ 500.000,00 (quinhentos mil cruzeiros) para os gastos mais urgentes; os jovens secundaristas tentaram entrar em contato com o governador de Santa Catarina, mas não tiveram êxito, “embora a audiência fosse marcada com bastante antecedência” segundo foi publicado no **O Estado**. Os estudantes estavam nesse impasse quando foi anunciada a doação do prédio do Colégio Barriga Verde à Faculdade de Medicina; paralelamente os jovens, também receberam apoio da Câmara Municipal de Florianópolis que, por intervenção dos vereadores Antônio Apóstolo e Carmelo Faraco, enviou ao governador do estado um pedido de colaboração “com a causa dos estudantes”: verba de Cr\$ 500.000,00 (quinhentos mil cruzeiros) para a instalação da Faculdade de Medicina. (**O Estado**, 11/06/1958, p.12).

Mas as solicitações ao governo de Santa Catarina já tinham história⁵. Em 1958 o governador Jorge Lacerda, que era médico formado pela Faculdade de Medicina do Paraná,

⁵ Nesse período não foram poucas as viagens realizadas por Roldão Consoni ao Rio de Janeiro, para tentar, sem sucesso, conseguir recursos do governo federal para o projeto de instalação da Faculdade de Medicina e também para solicitar instruções e apoio do Ministério da Saúde.

doou dez apólices no total de Cr\$ 10.000.000,00 (dez milhões de cruzeiros) com juros de 5% ao ano à Faculdade de Medicina de Santa Catarina – a instituição deveria administrar e gastar os juros que as apólices rendiam (CONSONI, 2005, p. 104).

Neste mesmo ano, cerca de um mês após a publicação da declaração dos estudantes no jornal **O Estado**, Jorge Lacerda faleceu em um acidente de avião e foi substituído pelo seu vice, Heribelrto Hulse, que doou mais Cr\$ 5.200.000,00 (cinco milhões e 200 mil cruzeiros) para a Faculdade, além de estipular uma verba anual no orçamento estadual de Cr\$ 3.000.000,00 (três milhões de cruzeiros) (CONSONI, 2005, p. 105). Não por acaso Heribelrto Hulse é chamado por Consoni (2005, p.105) de “grande benfeitor da Faculdade”.

Somando-se o dinheiro arrecado com a rifa, as doações privadas e os auxílios do governo estadual, finalmente, em 1959, o prédio recebido em doação foi devidamente adaptado e concluído a contento para receber as instalações de um curso de formação médica. Assim, no dia 4 de março de 1959, como o capítulo final de uma saga, o jornal **O Estado** anunciou em primeira página e com a manchete em destaque: “Conseguida a sede própria, marcha agora a Faculdade de Medicina para a fase de equipamentos. Chegaram os primeiros vinte microscópios” (**O Estado**, 04/03/1959, p.1). O artigo afirmava:

É com este dinheiro [Cr\$ 1.150.000,00] que se está iniciando a instalação dos laboratórios. Chegaram há poucos dias, os primeiros vinte microscópios, adquiridos após cauteloso estudo feito por um dos membros da Diretoria, no Rio de Janeiro. São microscópios poloneses, fabricados em Varsóvia, sendo dois do tipo M-440, para professores, e dezoito do tipo M-110, para alunos. Tantos uns quanto outros, preenchem perfeitamente as finalidades a que se destinam. Este primeiro lote de microscópios custou quatrocentos e trinta mil cruzeiros. Atualmente a Diretoria está estudando propostas de cinco firmas importadoras, para a aquisição de mais quinze microscópios, além de outros aparelhos (**O Estado**, 04/03/1959, p.1).

No início de 1959, com os laboratórios equipados e com o prédio acabado, a expectativa era que a Faculdade de Medicina começasse suas atividades em breve.

Em meio a todo esse processo, ainda em novembro de 1958, Renato Barbosa, professor da Faculdade de Direito e, também, jornalista e escritor, publicou artigo no jornal **O Estado** fazendo o relato de ações, empreendidas por professores da Faculdade de Direito no intuito de aprovar o funcionamento da instituição de ensino médico:

Teremos em breve a Faculdade de Medicina que poderá funcionar em 1960. A criação do estabelecimento já tem uma história, que necessita ser contada, desde já, antes que surjam empreiteiros de obras feitas. Desta vez entrou lindo (sic) na parada o governo federal. O Diretor da Faculdade de Direito de Santa Catarina se cercou, nos órgãos dirigentes de Ensino Superior do país de grande e merecido prestígio pessoal (**O Estado**, 20/11/1958, p.1).

Renato Barbosa segue a narrativa relatando o contato do diretor da Faculdade de Direito, desembargador João Davi Ferreira Lima, e dele próprio, com Jurandir Lodi, diretor de Ensino Superior no Ministério da Educação naquele período e que, nessa condição, presidia o Conselho do Ensino Superior que avaliava os pedidos de criação de instituição de ensino desse nível. Barbosa descreve:

Quando naquela manhã o professor Ferreira Lima chegou ao gabinete, o dr. Lodi, muito alegre foi lhe dizendo: “Diretor, achei a fórmula de termos a nossa – o possessivo é textual – Faculdade de Medicina em Santa Catarina”. E explicou “há um projeto no senado sobre a Faculdade de Medicina da Bahia. Sei que o número do projeto é 13.⁶ O resto o senhor fará, Diretor” E Ferreira Lima ali mesmo, no gabinete do Ensino Superior redigiu ementa e aditivo ao projeto baiano (**O Estado**, 20/11/1958, p.1).

Renato Barbosa segue sua narrativa afirmando que o projeto foi enviado ao senador catarinense Francisco Gallotti, com o pedido para que este conseguisse também a assinatura dos outros dois senadores por Santa Catarina, Carlos Gomes de Oliveira e Saulo Ramos e assim pudesse seguir no Senado.

Ao terminar seu relato, que guindava os professores da Faculdade Direito como autores da iniciativa decisiva para criação da Faculdade de Medicina, Renato Barbosa conclamou os estudantes catarinenses e suas entidades representativas para pressionarem as autoridades de Santa Catarina no intuito de apressar a tramitação da proposta.

É preciso considerar que, no afã de comunicar uma notícia que julgava alvissareira, o professor Renato Barbosa, estrategicamente, possa ter carregado nas tintas para exprimir as suas próprias ações e as do diretor da Faculdade de Direito, descrevendo a grande empatia com Jurandir Lodi. E Barbosa não menciona nenhum tipo de conversa prévia com os médicos catarinenses, ou se alguns desses doutores pelo menos apoiaram a iniciativa dos professores de direito.

Motiva dúvida, também, o encaminhamento da solicitação de criação da Faculdade, feito a partir de “aditivo ao projeto baiano”; projeto que obviamente não era para a criação de uma instituição de ensino (mas *sobre* uma instituição que completava cento e cinquenta anos em 1958) e que já estaria no Senado. Mesmo que fosse muito grande a cordialidade e admiração mútua entre esses catarinenses e Lodi, o Conselho e talvez o próprio ministro da Educação poderiam não aprovar tal celeridade.

Em outra perspectiva, o artigo de Renato Barbosa, evidencia como o processo de criação da Faculdade de Medicina envolveu efetivamente os professores da Faculdade de Direito, mesmo que tal participação tenha sido minimizada nos relatos memorialísticos de alguns médicos (CONSONI 2005; SÃO THIAGO, 1996). Interessante lembrar que existiam relações pessoais entre alguns membros do corpo docente da Faculdade de Direito e expressivos nomes da área médica catarinense, como o caso do desembargador João Davi Ferreira Lima, filho do Inspetor de Higiene Joaquim Davi Ferreira Lima. Entretanto, como ficaria cada vez mais evidente nos meses seguintes, este interesse estava atrelado ao desejo de criar a Universidade de Santa Catarina, algo que não seria viável sem a nova Faculdade.

Mas o ano de 1958 chegou ao fim e as semanas do novo ano começaram a passar. Foi depois de instalados os laboratórios no local onde a futura Faculdade deveria funcionar que, em maio de 1959, foi noticiada uma reunião na biblioteca da Câmara dos Deputados, entre médicos e políticos catarinenses (**O Estado**, 19/05/1959, p.8). Estavam presentes, os senadores Irineu Bornhausen (que neste ano substituiu Carlos Gomes de Oliveira), Saulo Ramos e Francisco Gallotti, os deputados Konder Reis, Lenoir Vargas Ferreira e Aroldo de Carvalho; além dos doutores Albino Zente, Secretário de Saúde e Assistência Social; Isaac Lobato, Mario Ferreira e Roldão Consoni, da Associação Catarinense de Medicina e já definidos, respectivamente, professores e diretor da Faculdade.

⁶ Não foi localizada determinação legal que pudesse ser associada diretamente ao projeto.

A finalidade da reunião era “traçar um plano” de ação junto ao Conselho Superior de Ensino, com o objetivo de conseguir a autorização para o funcionamento da Faculdade de Medicina de Santa Catarina no ano seguinte (**O Estado**, 19/05/1959, p.8). Não existem informações sobre esse plano e não houve sequer menção da iniciativa realizada no ano anterior pelos professores da Faculdade de Direito. O que aconteceu foi a decisão de reiterar junto às autoridades federais a viabilidade da criação da Faculdade e a necessidade da formação de mais médicos para Santa Catarina. O doutor Roldão Consoni foi o encarregado de conversar com as autoridades no Rio de Janeiro.

O primeiro passo, todos sabiam, era a aprovação pelo Conselho do Ensino Superior da viabilidade da nova escola médica. Apesar de todos os requisitos legais aparentemente contemplados e informações encaminhadas, a decisão do Conselho demorava. O doutor Consoni então viajou para o Rio de Janeiro para conversar com o diretor do Conselho, Jurandir Lodi.

Segundo o relato de Consoni (2005, p.117), Lodi foi “reticente no começo, francamente favorável no final”, auxiliando, inclusive, em várias etapas do processo de autorização. Mas, a aprovação dependia dos conselheiros.

O Conselho do Ensino Superior era formado por treze pessoas, de diferentes estados do país, que exerciam função honorária e eram escolhidos entre indivíduos de “alta projeção social”. Várias reuniões não tinham quórum e decisões eram adiadas. Consoni então procurou pessoalmente os membros do Conselho do Ensino Superior que na época estavam na então capital federal, para explicitar a importância do funcionamento da Faculdade de Medicina em Santa Catarina e, conseqüentemente, da presença na reunião do Conselho na qual a decisão ia ser pautada (CONSONI, 2005, p. 118).

A instalação e funcionamento da Faculdade de Medicina de Santa Catarina aprovada. Em suas memórias Roldão Consoni (2005) relembra o dia 23 de dezembro de 1959 como a data de aprovação do funcionamento da Faculdade de Medicina de Santa Catarina, o jornal **O Estado** noticiou este fato quase um mês antes. No dia 28 de novembro de 1959, em primeira página, este impresso noticiou:

Em reunião realizada no dia 25 passado no Ministério da Educação e Cultura, o Conselho Nacional de Educação (sic) apreciou e aprovou por unanimidade o processo para autorização da Faculdade de Medicina de Santa Catarina. Como consequência dessa resolução, a Faculdade dará início às suas atividades já no próximo mês de fevereiro, quando serão realizados exames vestibulares; as matrículas serão abertas no mês de janeiro, oferecendo 28 vagas aos candidatos ao curso médico (**O Estado**, 28/11/1959).

Talvez tanto o médico quanto o artigo do jornal estivessem se referindo a decisão do Conselho do Ensino Superior. O jornal, ao dia de sua realização e o doutor Consoni pode ter rememorado a data que a decisão dos conselheiros foi publicada.

E não foi apenas em Florianópolis que houve comemoração. No dia 5 de dezembro, o jornal **Correio do Povo**, da cidade de Jaraguá do Sul, saudou a aprovação do funcionamento da Faculdade de Medicina e, esquecendo a Associação Catarinense de Medicina e outros envolvidos, elogiou o governador do estado, que estaria recebendo “inúmeros cumprimentos pelo feliz evento” (**Correio do Povo**, 05/12/1959, p.1).

Entretanto, apesar das várias felicitações, foi a partir do Decreto nº 47.531, de 29 de dezembro de 1959, assinado pelo presidente Juscelino Kubitschek e o ministro Clóvis Salgado, que efetivamente a Faculdade de Medicina de Santa Catarina passou a existir. O Decreto determinou:

Artigo único. É concedido autorização para o funcionamento da Faculdade de Medicina de Santa Catarina, mantida pela sociedade civil do mesmo nome, com sede em Florianópolis, no Estado de Santa Catarina. (BRASIL, 1959).

Três anos passaram desde que a Associação Catarinense de Medicina havia reunido médicos e outros grupos sociais e políticos, em dezembro de 1956, que assumiram o compromisso de criar a tão sonhada Faculdade de Medicina de Santa Catarina. Desde então, diversos foram os esforços de médicos catarinenses, de estudantes, do governo estadual, da imprensa, de professores da Faculdade de Direito e de outros membros da sociedade para que a instituição de ensino médico fosse criada.

No dia seguinte ao anúncio da aprovação da Faculdade de Medicina pelo Conselho do Ensino Superior, em novembro de 1959, o jornalista Osvaldo Melo fez comentário sobre os benefícios que esta instituição de ensino traria para Santa Catarina, particularmente para a sua capital:

Aumentará o nível cultural do Estado. O espírito universitário tomará maior vulto, atraindo para Florianópolis, sede da Faculdade, estudantes de outros Estados para a formação desse natural e proveitoso intercâmbio entre todos os estudantes do país. (**O Estado**, 29/11/1959, p.8).

Nas palavras de Melo, que repetiam o entusiasmo e atualizavam as considerações escritas três anos antes (**O Estado**, 21/12/1956, p.8), a Faculdade de Medicina traria consigo os auspícios de uma Florianópolis mais moderna, engajada com o alardeado desenvolvimento de outras partes do país. A presença dos estudantes, como acreditava este jornalista, significaria uma movimentação que, além de afastar o que muitos identificavam como “tranquilidade e marasmo” (LOHN, 2007, p. 301), concorreria para transformar os florianopolitanos, e catarinenses em geral, ampliando seus horizontes. Se isso aconteceu é difícil dimensionar, mas a criação da Faculdade de Medicina redirecionou a formação dos médicos catarinenses e, certamente, as ações educativas que esses empreendiam no cuidado com a população.

Considerações Finais

“O espírito universitário tomará maior vulto”, estas foram as palavras escolhidas por Osvaldo Melo para adjetivar o que a criação da Faculdade de Medicina de Santa Catarina representaria no cenário florianopolitano (**O Estado**, 29/11/1959, p.8). E a instituição significou, de fato, um passo fundamental para consolidação do plano de fundar uma universidade neste estado.

Se por um lado, a Faculdade de Medicina teve como protagonistas os próprios doutores catarinenses, a partir de sua associação, por outro contou também com esforços de estudantes, governantes e professores da Faculdade de Direito de Santa Catarina. Neste sentido, o jornalista Osvaldo Melo parecia exprimir o sentimento não de um grupo, mas um ideal que congregou diversos setores da sociedade catarinense, e que se efetivou com a criação da Universidade de Santa Catarina, em dezembro de 1960.

Mas, fundamental para a criação da Universidade, a Faculdade de Medicina representou principalmente a convergência de esforços, inicialmente pouco articulados entre si, de médicos que gradativamente evidenciavam ações de formação médica permanente para além das faculdades que haviam cursado. Assim, Faculdade seria a grande referência do que fazer e como fazer para combater as doenças ou manter a saúde da população. Um novo capítulo da história da formação dos médicos e da educação da população em saúde estava começando em Santa Catarina.

Referências

AGOSTINHO, M. G. A cidade e a saúde nas décadas de 1930 a 1960 (coleção PDF) In: AMORA, A. M. G. A (org.) *História da saúde em Santa Catarina: instituições e patrimônio arquitetônico (1808 – 1958)*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2012.

BRASIL. Decreto nº 19.851, de 11 de abril de 1931. *Dispõe que o ensino superior no Brasil obedecerá, de preferência, o sistema universitário*. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19851-11-abril-1931-505837-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 30 abr. 2019.

BRASIL. Decreto, nº 47.531, de 29 de dezembro de 1959. *Autoriza o funcionamento da Faculdade de Medicina de Santa Catarina*. 1959. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1950-1959/decreto-47531-29-dezembro-1959-386881-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 8 jan. 2020.

BRASIL. Lei nº 3.849, de 18 de dezembro de 1960. *Federaliza a Universidade do Rio Grande do Norte, cria a Universidade de Santa Catarina e dá outras providências*. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-3849-18-dezembro-1960-354412-norma-pl.html>. Acesso em: 19 dez 2019

CARMINATI, C. J. Intelectuais e políticos na expansão do ensino superior catarinense na década de 1950. Disponível em: <http://www.periodicos.udesc.br/index.php/linhas/article/view/1833/1409>, acesso em 20 de julho de 2020.

CAMPOS, A.L.V. de. *Políticas internacionais de saúde na Era Vargas*. O Serviço Especial de Saúde, 1942-1960. Rio de Janeiro: Editora da Fiocruz, 2006

CERTEAU, M. de. *A invenção do cotidiano*: 1. As artes do fazer. 17ªed. Petrópolis: Vozes, 2011.

CONSONI, R. *Fundação da Faculdade de Medicina de Santa Catarina: reminiscências e dados históricos*. Florianópolis: Editora da UFSC, 2005.

GREENBLATT, Stephen, O novo historicismo: ressonância e encantamento. *Estudos Históricos*. RJ.vol.4,1991, p.244-261.

HOCHMAN, Gilberto. “O Brasil não é só doença”: o programa de saúde pública de Juscelino Kubitschek. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.16, supl.1, jul. 2009, p.313-331. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-59702009000500015>

LE GOFF, Jaques. *História e Memória*. Campinas - SP: Editora da Unicamp, 1990.

LOHN, R. L. Limites da Utopia: cidade e modernização no Brasil desenvolvimentista (Florianópolis, década de 1950). In: *Revista de História*. São Paulo, v. 7 nº53, pp. 297-322, 2007. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0102-01882007000100013>

MENDONÇA, A, W, P, P, C. A universidade no Brasil. In: *Revista Brasileira de Educação*, nº14, mai/jun/jul/ag, 2000. pp 131-194.

OLIVEIRA, J. V. T. *Aprender e ensinar, formação e ações educativas de médicos catarinense na primeira metade do Século XX*. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2020.

SÃO THIAGO, P. E. de. *A medicina que aprendi, exerci e ensinei*. Florianópolis: Editora da UFSC, 1996.

VASCONCELOS, I. M. *A federalização do ensino superior no Brasil*. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Universidade de Brasília, Brasília. 2007

Impressos

Atualidades, Revista, Florianópolis – SC;

Correio do Povo, Jaraguá do Sul - SC

O Estado, jornal diário, Florianópolis – SC